

JUCESP

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE  
ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL  
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E  
PARTICIPAÇÕES S.A.**



JUCESP PROTOCOLO  
2.202.411/16-1

entre



**CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.,**  
*(Emissora),*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*(Agente Fiduciário)*

e

**CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.**  
*(Garantidora)*

\_\_\_\_\_  
Celebrado em

21 de novembro de 2016  
\_\_\_\_\_



DUCE SP  
29 11 00  
ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| 1. TERMOS DEFINIDOS.....  | 10 |
| 2. AUTORIZAÇÃO .....  | 10 |
| 3. DOS REQUISITOS.....  | 10 |
| 4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....   | 12 |
| 5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....   | 13 |
| 6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO<br>VENCIMENTO ANTECIPADO..... | 21 |
| 7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....   | 28 |
| 8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....  | 32 |
| 9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....  | 42 |
| 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO .....                                | 43 |
| 11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA.....  | 44 |
| 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....  | 45 |
| 13. FORO .....  | 48 |



JUCESP  
29 11 16

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

**CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 9º andar (conjunto A), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.196.609/0001-02, com NIRE 35300372671, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora");

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7 – Grupo 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Agente Fiduciário"); e

na qualidade de interveniente anuente e fiadora,

**CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.522.512/0001-02, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Garantidora");

celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.", nos termos e condições abaixo:



DUCESP

*Este glossário é parte integrante do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.*

## GLOSSÁRIO

|  |   |
|--|---|
| AGD                                    | Assembleia Geral de Debenturistas.  |
| AGE                                    | Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de novembro de 2016, que aprovou a presente Emissão.  |
| Agente Fiduciário                      | Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  |
| Amortização Extraordinária Facultativa | A Amortização Extraordinária Facultativa parcial das Debêntures, na forma prevista no item 6.3 abaixo.  |
| Aviso aos Debenturistas                | Conforme significado atribuído no item 6.4 desta Escritura.   |
| ANBIMA                                 | Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.  |
| Banco Liquidante                       | Banco Bradesco S.A.   |
| CETIP                                  | CETIP S.A. – Mercados Organizados, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de depositária de ativos escriturais e liquidação financeira, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, CEP 20031-170. |
| Cetip21                                | CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambiente de negociação secundária de títulos e valores mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.  |
| CNPJ/MF                                | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.  |



DUCE SP

29 11 16

Código Civil

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterado.

Código de Processo Civil

Lei 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterado.

Comunicação de Resgate Obrigatório

Conforme significado atribuído no item 6.4 desta Escritura.

Contrato de Distribuição

“Instrumento Particular de Coordenação e Distribuição com Esforços Restritos da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.” a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora (“Contrato de Distribuição”).

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

24 de novembro de 2016

Data da Integralização

Data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures.

Data de Pagamento de Remuneração

Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Vencimento

24 de novembro de 2020.

Data Limite para o Evento de Liquidez

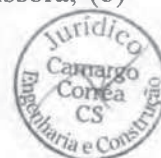
Conforme significado atribuído no item 6.4 desta Escritura.

Debêntures

As 45.825 (quarenta e cinco mil oitocentas e vinte e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 2ª emissão da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.

Debêntures em Circulação

Para fins de observação de quórum, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b)



JUCESP  
29 11 88

empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

|                        |   |
|------------------------|---|
| Debenturistas          | Os titulares das Debêntures.  |
| Dia Útil               | Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.  |
| DOESP                  | Diário Oficial do Estado de São Paulo.  |
| Emissão                | 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora.   |
| Emissora               | A Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.   |
| Encargos Moratórios    | Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.  |
| Escritura              | O presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. |
| Escriturador           | Banco Bradesco S.A.   |
| Evento de Liquidez     | Conforme significado atribuído no item 6.4 desta Escritura.   |
| Garantia Fidejussória  | A fiança prestada pela Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., conforme item 5.11 desta Escritura.  |
| Garantidora            | A Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.  |
| IGP-M                  | Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.  |
| Instrução CVM nº 28/83 | Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.  |



DUCE SP

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Instrução CVM nº 539/13

Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

Investidores Qualificados

Conforme definido no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13, serão considerados Investidores Qualificados para os fins desta Emissão: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539/13; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

Investidores Profissionais

Conforme definido no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13, serão considerados Investidores Profissionais para os fins desta Emissão: i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539/13; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de



JUCESP  
29 11 18

investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Lei nº 6.385/76

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

MDA

MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, ambiente de distribuição primária de títulos e valores mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.

NIRE

Número de Identificação no Registro de Empresas.

Oferta

2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, pela Emissora, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data da Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

Prêmio

Prêmio de resgate facultativo ou de amortização antecipada das Debêntures, calculado conforme o item 6.5 desta Escritura.

RCA da Garantidora

Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 21 de novembro de 2016, na qual foi aprovada a outorga da Garantia Fidejussória.

DUCESP  
29 11 18

Resgate Antecipado Facultativo

O Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures, na forma prevista no item 6.2 abaixo.

Resgate Antecipado Obrigatório

O Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, na forma prevista no item 6.4 abaixo.

Remuneração

Juros correspondentes à variação acumulada 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data da Integralização, calculado na forma prevista no item 5.6 desta Escritura.

Taxa DI

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário de cada Debênture, equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

Valores Garantidos

Valor total das obrigações inerentes à Emissão, que inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura; e (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive, mas não limitado, quando houver, aos gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas e verbas indenizatórias, quando houver.

JUCESP  
CLÁUSULA 16  
TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário constante desta Escritura.

**CLÁUSULA II  
AUTORIZAÇÃO**

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 21 de novembro de 2016.

**CLÁUSULA III  
DOS REQUISITOS**

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 *Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias*

3.1.1.1 A ata da AGE e a ata da RCA da Garantidora serão devidamente arquivadas na JUCESP.

3.1.1.2 Adicionalmente, a ata da AGE, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76, bem como a ata da RCA da Garantidora serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, edição nacional.

3.1.2 *Inscrição e Registro da Escritura*

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrada na JUCESP.

3.1.3 *Registro na CVM*

3.1.3.1 A presente Oferta, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na

JUCESP

CVM, previsto no artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76, conforme previsto no artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.

#### 3.1.4 *Registro na ANBIMA*

3.1.4.1 A presente Oferta, por se realizar no âmbito da Instrução CVM nº 476/09 e sem a utilização de prospecto, poderá vir a ser registrada perante a ANBIMA exclusivamente para fins de composição da base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, desde que expedidas pela ANBIMA as diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação até a data da comunicação do encerramento da Oferta.

#### 3.1.5 *Registro da Garantia Fidejussória*

3.1.5.1 Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em razão da Garantia Fidejussória, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das partes desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário. No prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrada em tais Cartórios.

#### 3.1.6 *Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira*

3.1.6.1 As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto no item 3.1.6.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Cetip21, também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.6.2. Não obstante o descrito no item 3.1.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09, (a) entre Investidores Qualificados, ou (b) entre quaisquer investidores, na hipótese de a Emissora obter o registro de emissor perante a CVM, de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76.



DUCE SP  
CLÁUSULA IV  
DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

**4.1 Objeto Social da Emissora**

4.1.1 A Emissora é uma *holding*, tendo por objeto a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, podendo constituí-las, organizá-las e adquiri-las.

**4.2 Número da Emissão**

4.2.1 Esta é a 2ª (Segunda) emissão de Debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos.

**4.3 Número de Séries**

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

**4.4 Valor Total da Emissão**

4.4.1 O montante total da Emissão será de R\$ 458.250.000,00 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), na Data de Emissão.

**4.5 Quantidade de Debêntures**

4.5.1 Serão emitidas 45.825 (quarenta e cinco mil, oitocentas e vinte e cinco) Debêntures.

**4.6 Banco Liquidante e Escriturador**

4.6.1 O Banco Bradesco S.A. atuará como Banco Liquidante e Escriturador das Debêntures.

**4.7 Destinação dos Recursos**

4.7.1 Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Oferta serão destinados ao resgate antecipado ou recompra da totalidade das debêntures objeto da 1ª emissão de debêntures da Emissora.

#### 4.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.8.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, com intermediação do coordenador líder, conforme o Contrato de Colocação

4.8.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4.8.3 Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

4.8.4 Observado o disposto no artigo 7º-A da Instrução CVM nº 476/09 e nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, o início da Oferta e o encerramento da Oferta deverão ser informados pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da primeira procura a potenciais investidores e no prazo de 5 (cinco) dias, contado de seu encerramento, respectivamente.

### CLÁUSULA V DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

#### 5.1. Características Básicas

##### 5.1.1 *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

##### 5.1.2 *Data de Emissão*

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 24 de novembro de 2016.

##### 5.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 24 de novembro de 2020, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item

6.6 abaixo, bem como as possibilidades de Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório previstas nos itens 6.2 e 6.4 respectivamente abaixo.

#### 5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

#### 5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

#### 5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

#### 5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, e contarão com garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido no item 5.11 abaixo.

### 5.2 **Subscrição**

#### 5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observados os termos e condições do Contrato de Colocação celebrado entre a Emissora e o coordenador líder.

#### 5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.

### 5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, observado que todas as Debêntures serão integralizadas na mesma data.

JUCESP  
29 11 16

#### 5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### 5.5 **Atualização do Valor Nominal**

5.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

#### 5.6 **Remuneração**

5.6.1 A partir da Data da Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data da Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data prevista para o seu pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.2 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 24 de maio e 24 de novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 24 de maio de 2017 e o último pagamento na Data de Vencimento, ou ainda na data de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou amortização extraordinária.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

“n<sub>DI</sub>” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n<sub>DI</sub>” um número inteiro;

“p” 125,0000 (cento e vinte e cinco inteiros);

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator Juros” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

- iv) a Taxa DI deverá ser utilizada, considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, AGD para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da AGD.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na AGD realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora obriga-se a realizar o resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data da Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso, e sem a incidência de qualquer prêmio de resgate. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

## 5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.



DUCE SP  
29 11 18

## 5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, e consecutivas, sendo a primeira parcela devida ao final do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, isto é, em 24 de novembro de 2018, e a última na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo, salvo as exceções previstas nesta Escritura:

| PARCELA | DATA DA AMORTIZAÇÃO    | PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO |
|---------|------------------------|---|
| 1       | 24 de novembro de 2018 | 20%   |
| 2       | 24 de maio de 2019     | 20%   |
| 3       | 24 de novembro de 2019 | 20%   |
| 4       | 24 de maio de 2020     | 20%   |
| 5       | 24 de novembro de 2020 | Saldo do Valor Nominal Unitário                 |
|         | TOTAL                  | 100%  |

5.8.2 Caso a Emissora venha realizar Amortização Extraordinária Facultativa, os percentuais de Amortização Programada serão calculados tendo como base o saldo do valor nominal, sem necessidade de efetuar aditamento à presente Escritura de Emissão.

## 5.9 Condições de Pagamento

### 5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.



## 5.9.2

*Prorrogação dos Prazos*

11 15

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

## 5.9.3

*Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora ou pela Garantidora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

## 5.9.4

*Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## 5.10

**Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet ([www.construtoracamargocorreia.com.br](http://www.construtoracamargocorreia.com.br)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por

JUCESP

correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

## **5.11 Garantia Fidejussória**

5.11.1 Como garantia do fiel e pontual adimplemento dos Valores Garantidos, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento dos Valores Garantidos, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.11.2 Em consonância com o artigo 12, XI, do Estatuto Social da Garantidora, a Garantia Fidejussória foi previamente aprovada pela RCA da Garantidora.

5.11.3 A Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora dos Valores Garantidos, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

5.11.4 O valor da fiança ora prestada pela Garantidora é limitado aos Valores Garantidos.

5.11.5 Os Valores Garantidos serão pagos pela Garantidora em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Garantidora, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) Dia Útil da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

5.11.6 A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 794 do Código de Processo Civil.

5.11.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.



5.11.8 A Garantidora sub-roga-se a todos os direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fração objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, sendo que, na hipótese de quitação total das Debêntures pela Garantidora, o Agente Fiduciário ficará desonerado de suas funções.

5.11.9 A Garantia Fidejussória entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral dos Valores Garantidos.

5.11.10 A Garantidora, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do cumprimento integral das obrigações decorrentes desta Escritura.

5.11.11 A Garantia Fidejussória poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação dos Valores Garantidos.

## CLÁUSULA VI

### DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

#### 6.2 Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1 A Emissora poderá realizar o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, ou seja, a partir do dia 25 de novembro de 2018, mediante o pagamento do Prêmio descrito no item 6.5 abaixo.

6.2.2 O Resgate Antecipado Facultativo observará, ainda, o quanto segue:

- (i) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo por meio de correspondência aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, que conterá as condições do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data definida para a realização do referido resgate, o qual conterá informações sobre: (a) o Prêmio, conforme descrito no item 6.5; (b) a data efetiva para a realização do Resgate Antecipado Facultativo; (c) o valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) demais informações eventualmente necessárias;
- (ii) a CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, contendo a anuência do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência;
- (iii) a data de Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil;
- (iv) na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures serão liquidadas em uma única data; e
- (v) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas; no caso das Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, os eventos, conforme o caso, seguirão os procedimentos da CETIP.

6.2.3 O Resgate Antecipado Facultativo será total e realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além de Prêmio, a ser calculado na forma do item 6.5 abaixo.

6.2.4 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

### 6.3 Amortização Extraordinária Facultativa

6.3.1 A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, ou seja, a partir do dia 25 de novembro de 2018 a Emissora poderá realizar a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, a seu exclusivo critério, mediante aviso prévio por escrito aos Debenturistas, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis, bem como mediante o pagamento do Prêmio descrito no item 6.5 abaixo.

JUCESP  
29 11 18

6.3.2 Na comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa prevista acima deverá constar: (i) a data da Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) menção ao percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, neste caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável); (iii) o valor da Amortização Extraordinária Facultativa; (iv) o Prêmio, conforme descrito no item 6.5 e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização de tal amortização.

6.3.3 O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.3.4 A Amortização Extraordinária Facultativa será aplicada a todas as Debêntures, proporcionalmente, bem como será realizada mediante pagamento de percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures neste caso limitado a 98% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além do prêmio, a ser calculado na forma do item 6.5 abaixo.

6.3.5 A CETIP deverá ser comunicada da realização da Amortização Extraordinária Facultativa com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.

#### 6.4 Resgate Antecipado Obrigatório

A Emissora deverá obrigatoriamente resgatar, no mínimo, o equivalente a 40% (quarenta por cento) da totalidade das Debêntures, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis e publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizado no jornal Valor Econômico, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis (“Comunicação de Resgate Obrigatório” e “Aviso aos Debenturistas”), após o recebimento pela Emissora (ou por empresa pertencente ao seu grupo econômico) dos recursos oriundos da venda da participação societária detida, direta ou indiretamente, pela Emissora na CPFL Energia S.A. (“Evento de Liquidez”). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não

DUCE SP

pagos até a data do efetivo resgate antecipado obrigatório, mas sem o acréscimo de quaisquer prêmios, incluindo o prêmio descrito no item 6.4.1 abaixo (“Resgate Antecipado Obrigatório”). Ocorrendo o Evento de Liquidez, a Emissora deverá informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil sobre a ocorrência de tal evento, nos termos do item 7.1(xiii) abaixo.

6.4.1 Caso o Evento de Liquidez não se concretize até 30 de dezembro de 2017 (“Data Limite para o Evento de Liquidez”), a Emissora pagará aos titulares das Debêntures, em até 15 (quinze) dias corridos contados da Data Limite para o Evento de Liquidez e independentemente do Resgate Antecipado Obrigatório, um prêmio equivalente a um percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) calculado sobre a totalidade das Debêntures.

6.4.2 Na Comunicação de Resgate Obrigatório e no Aviso aos Debenturistas deverão constar (i) a data de Resgate Antecipado Obrigatório, (ii) o valor de resgate correspondente ao pagamento da totalidade das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório, acrescido da Remuneração estimada, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

6.4.3 A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Obrigatório com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência.

6.4.4 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

6.4.5 Na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório parcial adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §2º da Lei das Sociedades por Ações, dispensado caso haja apenas um debenturista. A operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório parcial será realizada segundo os critérios da CETIP. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação do(s) titular(es) das Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a ser resgatada, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

## 6.5 Prêmio

6.5.1 A Emissora pagará um prêmio pela Amortização Extraordinária Facultativa prevista no item 6.3 desta Escritura e pelo Resgate Antecipado Facultativo previsto no item 6.2 acima, equivalente a um percentual do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração devida desde a Data de Liquidação ou da Data de

DUCEP

Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Facultativo ou da Amortização Extraordinária, calculado *pro rata temporis* (“Prêmio”), sendo que referido percentual será igual a (i) 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor amortizado extraordinariamente ou resgatado antecipadamente, caso a amortização ou o resgate antecipado ocorra entre o 25º e o 36º mês (inclusive), ou seja, entre os dias 25 de novembro de 2018 e 24 de novembro de 2019 (inclusive); ou (ii) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) sobre o valor amortizado extraordinariamente ou resgatado antecipadamente, caso a amortização ou o resgate antecipado ocorra entre o 36º e o 48º mês (inclusive), ou seja, entre os dias 25 de novembro de 2019 e 24 de novembro de 2020 (inclusive).

## 6.6 Vencimento Antecipado

6.6.1 Observado o disposto nos itens 6.6.2 a 6.6.5 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento a partir da data em que for verificada pelo Agente Fiduciário a ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora no âmbito da Emissão;
- (ii) não pagamento pela Emissora e/ou Garantidora de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debêntures, por período superior a 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo descumprimento;
- (iii) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações não pecuniárias, exceto com relação às obrigações previstas no item 7.1(xiii) abaixo, previstas na Escritura, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação do referido descumprimento;
- (iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou da Garantidora em valor individual ou agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) sem a devida comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;

DUCE SP

- (v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, inclusive decorrente de qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda direta ou indireta, pelos atuais acionistas controladores, do poder de controle da Emissora, conforme definido na Lei nº 6.404/76, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (vi) alienação, cessão ou transferência, por qualquer meio, de ações do capital social da Garantidora detidas pela Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (vii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, bem como da Garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (viii) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que, em conjunto ou isoladamente resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento pela Emissora ou da Garantidora de valor unitário superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), e tal valor não seja pago no prazo legal;
- (ix) apresentação de proposta de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou Garantidora, suas controladoras ou por qualquer uma de suas controladas;
- (x) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), exceto por aquelas que estejam sendo contestadas pela Emissora de boa-fé nas esferas judicial e/ou administrativa e que não afetem a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- (xi) transformação da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;



- (xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora ou da Garantidora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas;
- (xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou Garantidora das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xiv) declaração de nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia da Garantia Fidejussória prestada pela Garantidora por sentença judicial transitada em julgado, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas reunidos em AGD;
- (xv) caso a Emissora e/ou a Garantidora esteja(m) em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, e delibere ou distribua dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora e/ou da Garantidora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;
- (xvi) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, ou das ações do capital social da Emissora;
- (xvii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos do item 4.7 acima; e
- (xviii) descumprimento pela Emissora das obrigações previstas no item 7.1 (xiii) abaixo.

6.6.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (ii), (iii) (iv), (vii), (viii), (ix), (xi), (xvii) e (xviii) do item 6.6.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor e de qualquer aviso ou notificação à Emissora.

6.6.3 Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (i), (v), (vi), (x), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) do item 6.6.1 acima, o Agente Fiduciário convocará AGD em até 03 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis* até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas.

JUCESP  
29 11 18

6.6.3.1 A AGD de que trata o item 6.6.3 acima poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures. Especialmente em relação à alínea "v" do item 6.6.1 acima, o quórum para que não sejam declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures será de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

6.6.4 Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, devidos até a data da realização da AGD nos termos do item 6.3.3 acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.6.5 O pagamento dos valores mencionados no item 6.6.4 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, será realizado na data da declaração do vencimento antecipado, nos termos desta Escritura. Caso a Emissora não realize os pagamentos na data de decretação do vencimento antecipado, poderá realiza-los em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura, ficando certo contudo que, nesta hipótese, os pagamentos não serão realizados por meio da CETIP.

## CLÁUSULA VII DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

7.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos administradores da



JUCESP

Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

- (b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário a expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
  - (c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;
  - (d) dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
  - (e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em até 10 (dez) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M; e
  - (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.6 acima no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
  - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



- (iv) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos exceto (a) com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos e de boa-fé; e (b) na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xi) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante;
- (xii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
  - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com a regulamentação da CVM;

- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores ([www.construtoracamargocorreia.com.br](http://www.construtoracamargocorreia.com.br)), dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores ([www.construtoracamargocorreia.com.br](http://www.construtoracamargocorreia.com.br)) a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao coordenador líder e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (xiii) (i) informar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência do Evento de Liquidez em até 1 (um) dia útil contado do Evento de Liquidez ("Comunicação do Evento de Liquidez") e (ii) resgatar obrigatoriamente, no mínimo, o equivalente a 40% (quarenta por cento) da totalidade das Debêntures conforme estabelecido no item 5.2 acima, em até 7 (sete) dias corridos contados da Comunicação do Evento de Liquidez;
- (xiv) a partir da Data de Emissão, tanto a Emissora como suas Controladas não serem objeto de investigação formal, processo administrativo (excluídos eventuais processos internos da Emissora ou de suas Controladas para averiguação de irregularidades) ou judicial por violação, a partir da Data de Emissão, de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção, suborno, ou de atos lesivos à administração pública relacionados a tais práticas, incluindo, sem limitação a Lei Federal Brasileira nº 12.846/13 e a U.S. *Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção"); e
- (xv) exclusivamente para a Garantidora, atender os seguintes índices financeiros, calculados semestralmente com base nas demonstrações financeiras dos últimos 12 (doze) meses:

DUCE SP

- (a) quociente entre patrimônio líquido e ativo total superior a 0,30 (trinta centésimos); e
- (b) quociente entre Endividamento e patrimônio líquido inferior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

7.1.1 Para fins do item 7.1 (viii) acima, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, ou alteração ou efeito sobre a Emissora, considerados em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa-fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos documentos da Oferta, da Emissão e/ou da Oferta.

7.1.2 Para fins do item 7.1 (xv) acima, “Endividamento” significa a soma entre o passivo circulante e o passivo não circulante.

7.2 A Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) informações sobre quaisquer descumprimentos da Garantidora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (iii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário julgar necessárias sobre o cumprimento, por parte da Garantidora, das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

## CLÁUSULA VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a



DUCESP  
201115

nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

## 8.2. Declaração

8.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) na Data de Emissão, não terá qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) na Data de Emissão, não terá qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) na Data de Emissão, não se encontrará em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que presta serviços de agente fiduciário na: (i) 7ª (sétima) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Emissora com vencimento em 5 de novembro de 2019, no volume total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na data de emissão. Foram

emitidas 600 (seiscentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures; (ii) 8ª (oitava) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da CCR S.A. com vencimento em 15 de dezembro de 2018, no volume total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na data de emissão. Foram emitidas 40.000 (quarenta mil) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures; (iii) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. com vencimento em 14 de dezembro de 2019, no volume total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na data de emissão. Foram emitidas 400 (quatrocentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures e (iv) 10ª (décima) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Camargo Corrêa S.A. com vencimento em 23 de dezembro de 2019, no volume total de R\$1.065.147.200,00 (um bilhão e sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e sete mil e duzentos reais), na data de emissão. Foram emitidas 10.651.472 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, quatrocentas e setenta e duas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures

- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### 8.3. Substituição

8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a AGD será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.7 abaixo.

8.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3 A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

8.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quórum previsto no item 8.3.3 acima; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

8.3.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 8.4. Deveres

8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 5.10, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

DUCE SP  
29 11 16

- l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - l.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens do item 7.1; e
  - l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "(l)" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
  - m.2) na sede do Agente Fiduciário;
  - m.3) na CVM;
  - m.4) na CETIP; e
  - m.5) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.



- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 5.10, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “(m)”;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, conforme o caso;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - 1) à CVM; e
  - 2) à CETIP;
- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 6.7.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (t) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado; e
- (u) verificar a exigibilidade e regularidade do pagamento do Prêmio.

## 8.5. Atribuições Específicas

8.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

- (b) informar imediatamente a Emissora da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 6.6.1
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2 Observado o disposto no item 6.0, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas 8.5.1 (a), 8.5.1 (b) e 8.5.1.(c) do item 8.5.1 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, observado que, para a alínea 8.5.1(a) acima, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação (exceto na hipótese da alínea (v) do item 6.6.1. acima, que dependerá de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação), por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do item 6.6.3.1 desta Escritura, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea 8.5.1 (d) do item 8.5.1. acima.

## 8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil Reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a Data de Liquidação das Debêntures e as demais a cada 1 (um) ano após o pagamento da primeira parcela;
- (b) No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais

eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

(c) No caso de celebração de aditamentos a Escritura bem como nas horas externas do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;

(d) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;

(e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%;

(f) Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento;

(g) A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência;

(h) A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



JUCESP  
29 11 16

## 8.7. Despesas

8.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais propostas no interesse dos Debenturistas serão igualmente por estes suportadas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.



JUCESP  
29 11 16

**CLÁUSULA IX**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

9.3 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.3.1 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 5.10.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.4.1 Independentemente das formalidades previstas nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem todos os Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate (incluindo Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e Resgate Antecipado Obrigatório) ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



DUCESP  
29 11 15

9.8.1 A alteração dos quóruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA X**

### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



DUCE SP

- (xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 287/83; e
- (xii) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.

## CLÁUSULA XI

### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é companhia validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto pelo indicado na Cláusula 3 desta Escritura;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;



JUCESP

- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (ix) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

11.2 A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre quaisquer de seus ativos ou bens, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) exceto pelo arquivamento da RCA da Garantidora na JUCESP, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação adicional aos já concedidos é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura; e
- (iv) nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, as obrigações assumidas na Garantia Fidejussória constituem obrigação legal, válida e vinculativa, exequível de acordo com os seus termos e condições, e assumir tais obrigações não irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos celebrados pela Garantidora; ou (b) rescisão de quaisquer contratos ou instrumentos celebrado pela Garantidora.

11.3 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



JUCESP  
29 11 18

i) Para a Emissora:

**Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 9º andar (conjunto A)

01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gabriel Alves e Silva

Telefone: (11) 2787-4138

Correio eletrônico: gabriel.alves@camargocorrea.com

ii) Para a Garantidora:

**Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.,**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 10º andar

01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gabriel Alves e Silva

Telefone: (11) 2787-4138

Correio eletrônico: gabriel.alves@camargocorrea.com

iii) Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: + 55 (21) 3514-0000

Fax: + 55 (21) 3514-0099

E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

iv) Para o Banco Liquidante:

**Banco Bradesco S.A.**

Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco, SP

At.: Sr. Debora de Andrade Teixeira / Sr. Douglas Marcos da Cruz

Tel.: (11) 3684-7911

Fax.: (11) 3684-7691

E-mail: [4010.debora@bradesco.com.br](mailto:4010.debora@bradesco.com.br) / [4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br) /  
[4010.douglas@bradesco.com.br](mailto:4010.douglas@bradesco.com.br)

v) Para o Escriturador:

**Banco Bradesco S.A.**

Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco, SP

At.: Sr. Debora de Andrade Teixeira / Sr. Douglas Marcos da Cruz

Tel.: (11) 3684-7911

Fax.: (11) 3684-7691



DUCE SP

E-mail: 4010.debora@bradesco.com.br / 4010.custodia@bradesco.com.br /  
4010.douglas@bradesco.com.br

vi) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Alameda Xingú, nº 350, 1º andar

06544-030 – Alphaville - Barueri – SP

Telefone: (11) 3111-1596

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. Quando aplicável, os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

12.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5 Esta Escritura, a Garantia Fidejussória e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.



12.6 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### CLÁUSULA XIII

#### FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 21 de novembro de 2016

*(assinaturas nas páginas seguintes)*



JUCESP

(página de assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 21 de novembro de 2016)

**CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome:   
Cargo: Diretor Vice-Presidente de  
Administração e Finanças

Nome:   
Cargo: Décio de Sampaio Amaral  
Diretor Presidente



DUCE SP

(página de assinatura 2/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 21 de novembro de 2016)

**CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.**

Nome: Carlos Roberto Ogeda Rodrigues  
Cargo: Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças

Nome: Décio de Sampaio Amaral  
Cargo: Diretor Presidente



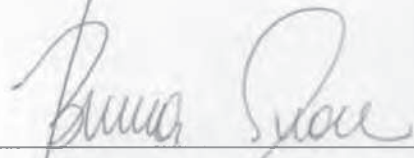
JUCESP

(página de assinatura 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 21 de novembro de 2016)

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.**



Nome: Leonardo Caires P. Moreira  
Cargo: Procurador



Nome: Bruna Souza Noel  
Cargo: Procuradora



JUCESP

(página de assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 21 de novembro de 2016)

Testemunhas:

1.

Nome: MICHEL CAMARGO NOGUEIRA MIRANDA

RG.: 48.383.137-2

2.

Nome: ARIEL GOLDSTEIN

RG: 35692315-0

